

# A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EXISTENTES NO BRASIL

Danielle Viturino da Silva<sup>1</sup>  
Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa<sup>2</sup>  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janice Rodrigues Placeres Borges<sup>3</sup>

## RESUMO

A agricultura orgânica vem sendo um dos paradigmas de produção que tem ganhado destaque na academia e no campo. Por ser um paradigma de produção que respeita as limitações do meio ambiente, e busca desenvolver o manejo ecologicamente correto das terras agricultáveis, sem uso de fertilizantes e sementes geneticamente modificadas. Diante desse contexto, esta pesquisa busca apresentar o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências. Para que fosse possível alcançar este objetivo, foi realizada uma ampla revisão de literatura, análise de dados secundários e 20 sistematizações de experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, distribuídas pelas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Para estas sistematizações foram analisados 9 exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, e 6 exemplares dos Cadernos de Agroecologia. A partir das observações conclui-se que, a produção de base ecológica colabora com a conservação da biodiversidade, segurança e soberania alimentar, e ainda promove melhorias socioeconômicas para os agricultores familiares ao inseri-los em um canal de distribuição de comércio justo, a feira livre.

**Palavras-chave:** Agricultura orgânica, comercialização, segurança e soberania alimentar.

## 1. Introdução

Este trabalho refere-se aos resultados da monografia que buscou evidenciar a importância de mecanismos de comercialização de comércio justo para os produtos orgânicos. Assim, de forma a elucidar melhor o tema do trabalho, a partir desse momento serão expostas algumas indagações sobre as diferenças entre as principais correntes econômicas, a ecológica e a convencional (neoclássica).

Cechin e Veiga (2010) discutem que os economistas convencionais enxergam a economia como um todo, ao ponto que chega a considerar a natureza como uma parte ou setor da macroeconomia. Para eles, os recursos são ilimitados, e adotam a ideia de um sistema isolado onde nada entra e nada sai. Enquanto isso, a economia ecológica é vista “[...] como um subsistema aberto de um sistema bem maior, que é finito e não aumenta [...]” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 34).

Deste modo, observa-se que a economia convencional (dominante do sistema produtivo no campo) contempla o capital natural e capital manufaturado como substitutos,

---

<sup>1</sup>Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/ UFSCar), E-mail: viturino.dani@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas, Campus Sertão/UFAL, E-mail: lucianocbgb@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pelo Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA) da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, Professora da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias da UFSCAR, E-mail: janice@ufscar.br

têm assim uma visão equivocada do que é desenvolvimento sustentável, uma vez que a adoção desta concepção vem provocando desequilíbrios tanto ambientais como sociais.

Nesse contexto, Souza Filho (2012) destaca que as implicações da agricultura convencional sobre o meio ambiente, intensificaram as discussões a respeito dos efeitos colaterais resultantes da introdução de tecnologias mecânicas e químicas, que por sua vez, acelera o processo de degradação do solo, ocasionando terras inférteis, desertificação, redução da quantidade e qualidade da água, entre outros. Todo esse processo abre uma gama de desequilíbrios socioambientais e socioeconômicos.

[...] A Revolução Verde no Brasil é um exemplo destes desequilíbrios. A política de crédito rural subsidiado, largamente utilizada, induziu à adoção de um padrão tecnológico que veio acompanhado de degradação ambiental e ruptura social (SOUZA FILHO, 2012, p. 666).

Haja vista que, o descompasso de políticas econômicas vêm gerando externalidades negativas, ao ponto que provoca a diminuição das reservas dos recursos ambientais, ou seja, gera desequilíbrios e compromete o ecossistema. Verifica-se a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção sustentável, por meio do manejo ecologicamente correto dos recursos ambientais, almejando alcançar a sustentabilidade e estabilidade no sistema produtivo.

Neste sentido, necessita-se de sistemas de gestão que respeitem as particularidades agronômicas, ecológicas e socioeconômicas existentes, que possibilite além de técnicas produtivas sustentáveis, a segurança alimentar e o dinamismo econômico. Visto isso, no Brasil e no mundo, vem sendo discutido a necessidade de mudança dos sistemas agroalimentares convencionais para os sustentáveis (ecológicos), cujo funcionamento respeita os recursos naturais, e reconhece que são finitos ou limitados. Assim, ao invés do uso intensivo em insumos químicos e da monocultura, será feito a intensificação dos mecanismos ecológicos (insumos naturais), e haverá uma produção diversificada em produtos agropecuários.

Meirelles (2011) destaca a necessidade dessa transição, pois, o chamado sistema agroalimentar está sendo dominado por grandes empresas. Como decorrência têm-se os monocultivos com sementes geneticamente modificadas e agroquímicas, a produção ocorre em maior escala, e o uso de aditivos, colorantes e conservantes é cada vez maior; a distribuição globalizada, na maioria dos casos concentra-se em poucas empresas transnacionais, com preços oligopolizados.

Em vista disso, percebe-se a importância da mudança do sistema produtivo dominante no campo, ou seja, “É necessário repensar a agricultura, o que implica repensar os conceitos, a lógica de funcionamento, o modelo tecnológico, a política agrícola, o ensino técnico, a pesquisa, a estrutura agrária [...]” (TEDESCO; VIEIRA, 2006 p. 31).

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências. Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura, nesta perspectiva, foi realizada uma ampla revisão de literatura alicerçada em quatro temáticas: fundamentos da comercialização agropecuária; canais de distribuição; comercialização de produtos orgânicos e feira de produtos orgânicos.

Outro ponto fundamental para essa pesquisa foi à análise de dados secundários qualitativos referentes a projetos orgânicos e agroecológicos, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM); Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC) e Plano nacional de agroecologia e produção orgânica (PLANAPO). Nesses locais foram analisados dados referentes à produção, área plantada, número de agricultores produtores de produtos orgânicos

e agroecológicos, dados sobre acesso aos mercados para o escoamento dos produtos e políticas públicas voltados para agroecologia.

Além da revisão literária e análise de dados secundários foram feitas sistematizações de experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. As experiências foram retiradas da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia e do Caderno de Agroecologia.

Assim, para o melhor desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento de 20 experiências (4 na Região Sul, 4 no Sudeste, 4 no Nordeste, 4 no Norte e 4 no Centro-Oeste). Para isso, foram analisados 9 exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, e 6 exemplares dos Cadernos de Agroecologia. Em cada revista buscou-se analisar as regiões as quais as experiências estão inseridas, as iniciativas e os resultados de cada experiência. Os exemplares compreendem o período de novembro de 2004 a julho de 2017 (**Quadro 1 e Quadro 2**).

**Quadro 1** - Exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia utilizada na pesquisa.

| N | EXEMPLARES DA REVISTA AGRICULTURAS  |
|---|---|
| 1 | Revalorizando a agrobiodiversidade, vol. 1, nº 1, nov./2004.                          |
| 2 | Beneficiamento da produção e acesso a mercados, vol. 2 nº 2, jun./2005.               |
| 3 | Gerando riquezas e novos valores, vol. 2 nº 3, out./2005.                             |
| 4 | Equidade e soberania nos mercados, vol. 5, nº 2, jun./2008.                           |
| 5 | Relocalizando os sistemas agroalimentares, vol. 8, nº 3, set./2011.                   |
| 6 | Construção Social dos Mercados, vol. 10, nº 2, jun./2013.                             |
| 7 | Pela vida das mulheres e pela Agroecologia, vol. 2 nº 4, dez./2015.                   |
| 8 | Plantas Alimentícias Não-Convencionais, vol. 13 nº 2, jun./2016.                      |
| 9 | Agroecologia e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, vol. 13, nº 3, set./2016. |

Fonte: Autora (2018).

Nota: Exemplares da revista agriculturas

**Quadro 2** - Exemplares dos Cadernos de Agroecologia utilizada na pesquisa.

| N | EXEMPLARES: CADERNOS DE AGROECOLOGIA   |
|---|--|
| 1 | Organização de pequenos produtores rurais em forma de cooperativa: o caso do Município de Anastácio, MS vol. 5 nº 1, jun./2011.  |
| 2 | Extensão rural e agroecologia: a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA, vol. 6 nº 2, nov./2011.  |
| 3 | A integração dos Programas de Aquisição de Alimentos - MDS e Mesa Brasil - SESC, como estratégia para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da comercialização dos produtos da agricultura familiar, vol. 8 nº 2, dez./2013. |
| 4 | Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO), vol. 8, nº 2, jun./2013.  |
| 5 | Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso, vol. 8, nº 2, dez./2013.  |
| 6 | Extensão rural agroecológica: uma estratégia para a multiplicação de conhecimentos agroecológicos em comunidades ribeirinhas no Amazonas, vol. 11, nº 1, jul./2017.  |

Fonte: Autora (2018).

Nota: Exemplares do caderno de agroecologia.

O presente trabalho foi dividido em quatro partes, esta primeira parte concentrou-se em fazer uma introdução acerca do tema, apresentando o objetivo e a metodologia traçada

para a realização da pesquisa. A segunda parte “Comercialização de produtos orgânicos” apresenta a cadeia produtiva de orgânicos no Brasil, discute sobre o processo de certificação de orgânicos e os canais de comercialização mais utilizados. A terceira parte “Feira de produtos orgânicos” caracteriza a feira de produtos orgânicos, ao tempo que apresenta 20 experiências de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil. Por último são feitas algumas considerações finais sobre a pesquisa.

## 2. Comercialização de produtos orgânicos

A produção de produtos orgânicos começa a ganhar força com a intensificação das implicações que a Revolução Verde traz para a sociedade. Visto que esse modo de produção capitalista no campo resultou em uma série de externalidades negativas, por exemplo: desertificação de terras, poluição de rios, concentração fundiária, insegurança alimentar, entre tantas outras.

Gliessman e Zugasti (2006, p. 16) discorrem que a agricultura moderna:

[...] Con su dependencia excesiva em combustibles fósiles e insumos externos, la mayoría de los agroecosistemas industrializados están sobre utilizando y degradando el suelo, el agua, y los recursos genéticos y culturales em los que la agricultura ha descansado históricamente. Los problemas para sostener la base de recursos naturales para la agricultura se han enmascarado desde hace tiempo por las prácticas modernas y las tecnologías de altos insumos<sup>4</sup>[...].

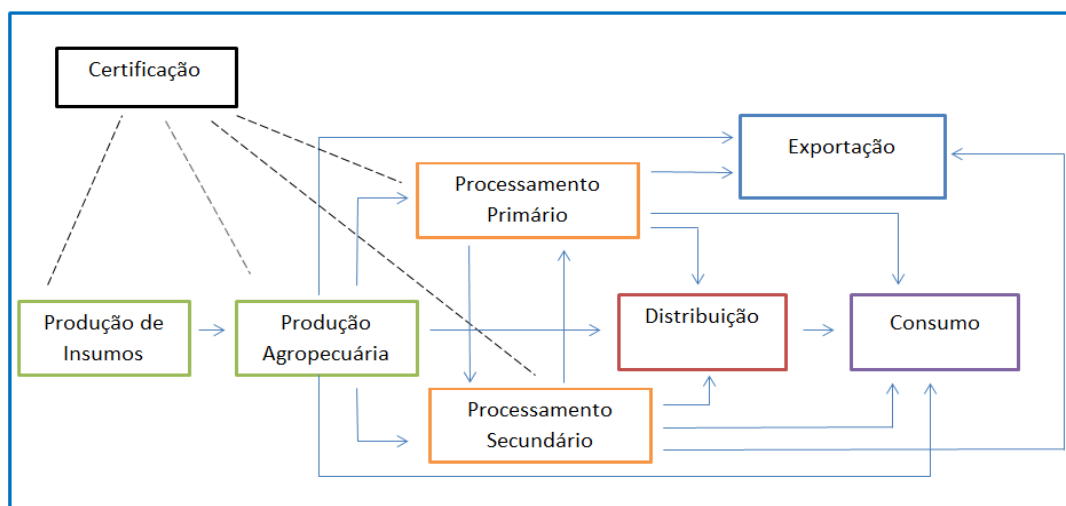
Assim, diante desse cenário, buscou-se desenvolver sistemas de produção sustentáveis, a partir disso, a produção orgânica surge como alternativa, que ao contrário da produção convencional, não é dependente de insumos externos prejudiciais para o meio ambiente e para a saúde humana. Exposto isso, entende-se por produtos orgânicos aqueles que são produzidos sem adição de insumos químicos. Além disso, “[...] as práticas ecológicas empregam mais mão de obra, garantindo trabalho digno às famílias dos pequenos agricultores [...]” (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006, p. 48).

Uma das principais características que diferencia o produtor orgânico do produtor convencional é a certificação, (conforme pode ser observado na **figura 1** abaixo), que por sua vez gera maior poder de barganha ao agricultor orgânico frente aos demais agricultores.

**Figura 1-** Cadeia produtiva dos produtos orgânicos no Brasil.

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: [...] com sua excessiva dependência de combustíveis fósseis e insumos externos, a maioria dos agroecosistemas industrializados está sobrecarregando e degradando o solo, a água e os recursos genéticos e culturais em que a agricultura tem descansado historicamente. Os problemas em sustentar a base de recursos naturais para a agricultura têm sido amaldiçoados por práticas modernas e tecnologias de alta entrada. [...]



Fonte: Autora (2018).

Nota: Adaptado de ORMOND, et al, (2002).

Observando a figura 1, é possível constatar o contato direto entre produção agropecuária e consumidores no processo de comercialização. Além disso, essa cadeia produtiva possui outro diferencial, as instituições certificadoras (essa parte será explicada adiante) que têm papel importante nessa cadeia produtiva. Cabe mencionar, no caso do Brasil, a agroindustrialização (processamento primário e secundário) ainda é muito incipiente, ainda mais quando os projetos que envolvem a agricultura orgânica ainda estão em fase de implementação ou ainda não foram elaboradas.

Outro ponto a salientar a respeito da cadeia produtiva de orgânicos diz respeito à produção de insumos, que em muitos casos, ocorre dentro do próprio estabelecimento agropecuário. Entretanto, a tecnologia empregada na produção de insumos ainda é incipiente, necessitando assim de mais pesquisas na área, para que haja um melhor desenvolvimento do setor.

Deste modo, apesar do setor de orgânicos proporcionar benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais. Esse setor passa por complicações para sua consolidação. O principal gargalo que vem sendo enfrentado é a questão da comercialização dos produtos orgânicos. Para Barbosa (2007, p. 99) “A comercialização de produtos orgânicos é um mecanismo de fundamental importância para que o paradigma agrícola orgânico possa se desenvolver e consolidar-se, pois não adianta produzir ou agroindustrializar se não houver quem irá consumir um produto orgânico”.

O mesmo autor diz que esses problemas referentes ao processo de comercialização estão “[...] associados aos custos de transação (assimetria de informação, e ambiente institucional falho), má distribuição dos produtos ao longo do canal de distribuição e falta de campanhas publicitárias” (BARBOSA, 2007, p. 99).

Tendo em vista os gargalos encontrados durante o percurso para o escoamento dos produtos orgânicos, são necessários iniciativas de promoção de canais de distribuição que vise potencializar os benefícios que a produção e consumo de produtos orgânicos trazem tanto para os agricultores, consumidores, como também para o meio ambiente.

Autores destacam em sua pesquisa que a existência de assimetria de informações entre agricultores e/ou vendedores e consumidores, pode acarretar em atitudes oportunistas, devido a possibilidade de ocorrência de aquisição de um preço *premium* no setor de orgânicos. Deste modo, o processo de monitoramento da produção deve ser rigoroso (BARBOSA; LAGES, 2006)

Visto isso, os canais de distribuição devem difundir essas informações, para isso, os produtos devem ser identificados com os certificados de garantia orgânica, de forma a transmitir mais confiança ao consumidor.

A certificação orgânica é um fator importante e decisivo para endossar que um produto tenha realmente os atributos oriundos de um sistema agrícola orgânico. Um produto é comprovadamente orgânico se possuir uma certificação de uma certificadora credenciada [...] (BARBOSA; LAGES, 2006, p. 4).

De acordo com a legislação brasileira, existem três maneiras diferentes de garantia de qualidade dos produtos orgânicos: a Certificação, os Sistemas participativos de Garantia e o Controle Social para a venda direta sem certificação. A Certificação e Sistema participativo de Garantia ao atuarem juntos, formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg, que são executados por Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Estes, quando credenciados, passam a ser responsáveis pela atualização no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e no Cadastro Nacional de Atividades Produtivas. No Brasil, há 35 organismos que controlam a qualidade orgânica, sendo divididos em 11 Certificadoras por auditoria e 24 Sistemas participativos de garantia<sup>5</sup>.

Neste contexto, as instituições credenciadas atuantes na cadeia produtiva de orgânicos constituem-se um importante elo. Em virtude da credibilidade que é atribuída ao produto com certificado de garantia. Cabe salientar, que os pequenos agricultores que comercializam os produtos através do mercado *spot* (venda direta ao consumidor) não necessitam de certificação, uma vez que esse procedimento inviabilizaria a entrada desses pequenos agricultores no mercado de orgânicos (devido à burocracia existente para conseguir certificação).

Os canais de comercialização mais utilizados para escoamento dos produtos orgânicos vêm sendo as feiras livres, lojas especializadas, supermercados, atacadistas (que efetuam as compras através de redes de beneficiamento, como cooperativas, associações). Além desses, nos últimos anos, surgiram algumas iniciativas como o Grupo de Consumo Responsável, com distribuição de caixas ou cestas de produtos orgânicos que são entregues a domicílio ou em alguns casos, têm-se os pontos de distribuição específicos.

[...] feiras livres, pontos de venda direta e entregas a domiciliares têm permitido uma aproximação solidária entre agricultor e consumidor; uma produção mais personalizada, uma maior confiabilidade e conhecimento recíproco entre ambos os sujeitos do processo; uma maior motivação e incentivo; uma maior viabilidade financeira para produtor, dentro outros aspectos de ordem recíproca (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006, p. 56).

Além desses citados, anteriormente, os agricultores familiares também vendem seus produtos aos mercados institucionais, que foram criados com o intuito de fortalecer a agricultura familiar de base ecológica. Schimitt e Guimarães (2008, p. 8) discutem que no Brasil, “[...] As primeiras experiências dessa natureza foram localizadas e, muitas vezes, descontínuas no tempo, desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos”.

O mercado institucional contempla algumas premissas como, o acesso a alimentos saudáveis através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o atendimento a famílias que passaram por calamidades públicas, entre outras. Este programa ainda contribui para o fortalecimento de redes de produção e consumo, envolvendo um leque de organizações sociais que vislumbram questões

---

<sup>5</sup> Essas informações foram extraídas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por ser o órgão que tem o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

pertinentes como preservação dos recursos ambientais, segurança e soberania alimentar (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008; BADUE; GOMES, 2011; PAULA, KAMIMURA; SILVA, 2014).

Assim, os agricultores familiares ao acessar o mercado institucional, conseguem levar sua produção até o consumidor, por meio do PNAE e do PAA, entre outros, que são os facilitadores e incentivadores da continuidade da produção, pois não adianta produzir, se não houver um mercado consumidor. Além disso, o mercado institucional contribui tanto no ponto de vista econômico, como no ponto de vista social, por conseguir melhorar a qualidade de vida dos agricultores, e garantir a segurança e soberania alimentar da sociedade.

Cabe mencionar, que nas normas do PAA, os agricultores familiares que produzirem com base ecológica (atendendo aos princípios agroecológicos) ao venderem seus produtos ao programa, recebem um acréscimo de até 30% sobre os preços de referência, isso fortalece ao que foi dito sobre o preço *premium* que os produtores orgânicos podem obter no processo de comercialização.

Os programas PAA e PNAE se inserem nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Ressaltam que esses programas frisam a qualidade nutricional e os demais aspectos ambientais envolvidos, por isso produtos que apresentam certificação orgânica recebem 30% a mais, em relação a produtos convencionais (DAROLT, et al, 2015).

### **3. Feira de produtos orgânicos**

As feiras orgânicas são espaços destinados à comercialização de produtos *in natura* como verduras, legumes e frutas. Produtos processados como massas, pães, sucos, etc.. Também produtos como ovos e cogumelos comestíveis. O contato direto entre feirante e consumidor fortalece laços de confiança e reciprocidade. Além disso, os produtos são comercializados por preços mais justos, onde o modelo dominante capitalista não prevalece.

O IDEC (2017) conceitua as feiras orgânicas como “[...] uma ótima alternativa para a compra direta do agricultor, diminuindo intermediários no processo (e, conseqüentemente, o preço), estimulando a autonomia do agricultor e valorizando a produção local de alimentos”.

A infraestrutura da feira de produtos orgânicos se assemelha a feira livre tradicional, são compostas por barracas para a exposição de seus produtos. O diferencial vai ser o certificado de garantia de que aqueles produtos são realmente orgânicos, ou seja, livres de quaisquer agroquímicos. Cabe mencionar, que poderá haver casos em que o produto não terá certificado, trata-se da existência do Controle Social que ocorre na venda direta sem certificação.

Um importante agente nesse mercado de orgânicos são os consumidores (um indivíduo, grupo ou instituição) responsáveis, uma vez que estes entendem que suas escolhas sobre os produtos a qual vão adquirir podem afetar sua qualidade de vida e provocar a diminuição dos recursos naturais. Tendo isso em vista, destaca-se que esse consumo responsável incentiva à construção de opções mais saudáveis e sustentáveis.

Em virtude da crescente demanda por produtos orgânicos, nota-se a necessidade de mecanismos de comercialização efetivos que atendam as exigências e necessidades dos consumidores. Posto que, nos últimos anos veem-se discutindo sobre a importância de consumir alimentos sem uso de insumos químicos, em razão do consumo dos mesmos causar males à saúde, ainda põem em risco os recursos ambientais.

Assim, as feiras orgânicas destacam-se por serem importantes instrumentos para o escoamento de produtos frescos e saudáveis. Além de serem os espaços de comercialização mais antigos que ainda prevalecem em alguns municípios. Nota-se que dado a particularidades de algumas localidades, as feiras orgânicas propiciam o local ideal para garantir a segurança e soberania alimentar, e ainda trata-se de um canal de distribuição que prática o comércio justo. Como destacam as pesquisas IDEC 2010 e AAO 2013 (*apud*

CHMIELEWSKA, 2017), “Produtos orgânicos na venda direta são mais baratos que produtos convencionais nos supermercados”.

Em pesquisa de preços dos produtos orgânicos, realizada pelo IDEC, Instituto Kairós e Instituto Terra Mater (2017). Durante primeiro ano de coleta de dados mensais, foram levantados 1.068 preços, 22 tipos de hortaliças, frutas e ovos, 05 cidades do Brasil mapeadas, 04 tipos de pontos de venda comparados. Com apoio de 17 voluntários em 05 grupos de consumo responsável (CHMIELEWSKA, 2017).

Os resultados foram os seguintes, para uma cesta de 17 produtos orgânicos (compostas por Abacate - abobrinha brasileira - abobrinha italiana - alface americana alface fresca - banana nanica - banana prata - berinjela - brócolis ninja - brócolis ramoso - cenoura - chuchu - limão tahiti - ovo - quiabo tomate italiano - tomate salada). No supermercado o consumidor comprará essa cesta por R\$ 144, na feira por R\$ 98 e no Grupo de Consumo Responsável por R\$ 69. A partir desses resultados constata-se que a mesma cesta comprada na feira chega a ser quase 50% mais barata do que no supermercado. Já se comprada em um Grupo de Consumo Responsável, o valor da cesta chega a ser 30% mais barata do que na feira.

Assim, mais uma vez, identifica-se a feira como importante instrumento, por ser o canal de distribuição que atua com base na valorização social do trabalho humano, reciprocidade, respeito à lógica de solidariedade. Além dos interesses mútuos entre feirantes e consumidores, uma vez que ambas as partes estão em busca de melhor qualidade de vida.

A partir desse prisma, Tedesco, Vieira e Silva (2006, p. 56) destacam que “O resgate da solidariedade e da cooperação fortalece ainda mais a organização dos pequenos agricultores, valorizando as pessoas, capacitando e formando consciência crítica, capaz de entender por que e como fazer a agricultura alternativa”.

Nesse âmbito, observa-se que os agricultores familiares através de suas atividades produtivas de base ecológicas, conseguiram contemplar os requisitos necessários para a produção de alimentos que propiciam a segurança alimentar. Para os autores, “[...] A segurança alimentar depende, entre outros, da autonomia dos agricultores em relação às sementes e demais recursos genéticos que precisam ser assegurados como patrimônio da humanidade”. (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006, p. 56).

Esta agricultura conduz a sociedade para melhores níveis de segurança e soberania alimentar. Vale frisar, que iniciativas nesse âmbito não devem surgir apenas por parte dos agricultores e membros da sociedade. O poder público também precisa colaborar para consolidação desse paradigma de produção que vem ganhando um espaço cada vez maior.

[...] A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura (ALTIERI, 2012, p. 29).

Em busca de viabilizar um melhor aproveitamento do que foi discutido no presente trabalho, o **(quadro 3)** a seguir, sintetiza 20 experiências selecionadas de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos. O intuito é verificar se as experiências apresentadas condizem com a teoria.



**Quadro 3 - Sistematização de experiências de produção e comercialização orgânica e agroecológica no Brasil de 2004 a 2017.**

| Região   | Estado                                      | Iniciativas   | Resultados   |
|----------|---|---|--|
| Sul      | Paraná e Santa Catarina                     | Família Niedzielski; Igreja Católica; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri) e a ONG sediada no município de Caçador (SC).                     | Produção ecológica; fundação da Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (Afruta); feiras agroecológicas; campos e feiras de sementes crioulas; adubação verde e segurança alimentar. |
|          | Rio Grande do Sul; Santa Catarina e Paraná. | Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) (RS) e a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) (PR). | Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida; produção ecológica; redução de custos com transporte; troca solidária; segurança alimentar.   |
|          | Rio Grande do Sul                           | Centro Ecológico (CE) (1980); Família de Nélio e Aldaci Bellé (1991)  | Produção ecológica das frutas nativas; Processamento da produção ecológica de frutas nativas; Comercialização em feiras, restaurantes, casas de sucos, sorveterias, entrepostos e mercearias.    |
|          | Rio Grande do Sul                           | Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar Ltda.),   | Produção ecológica, reutilização de áreas produtivas paradas; segurança alimentar, Controle Social; Comercialização em feiras e mercados institucionais.   |
| Nordeste | Bahia                                       | Rede Panc-Bahia   | Cultivo Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs); Distribuição de kits de Pancs; Reincorporação das Pancs à cultura local.   |
|          | Pernambuco                                  | Casa da Mulher do Nordeste (CMN); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).   | Empoderamento das mulheres rurais; participação em feiras, mercados locais e institucionais; inserção em espaços públicos, autonomia econômica e política.                                       |
|          | Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.  | Dom Helder Câmara   | Produção ecológica e diversificada; Implantação das feiras agroecológicas; intercâmbio solidário; segurança hídrica e alimentar.   |
|          | Pernambuco                                  | Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (Adessu)  | Produção ecológica e diversificada; Feiras agroecológicas; gestão mais autônoma e segurança alimentar.   |
| Sudeste  | Minas Gerais                                | Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz)  | Produção ecológica e diversificada; Intercâmbio solidário; Inserção de outras atividades econômicas, por exemplo, criação animal.  |
|          | Minas Gerais                                | Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão   | Inserção social e econômica, agregação de valor; valorização de biomas; autonomia dos gestores e segurança alimentar.  |
|          | Minas Gerais                                | Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ/Ufla) e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)                                     | Horticultura orgânica; crédito rural, melhoria na renda dos agricultores; programas urbanos de segurança alimentar e conservação de recursos hídricos.   |
|          | Espirito Santo                              | Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper   | Adequação e reaplicação de tecnologias sociais; agregação de valor; comercialização em novos canais e segurança alimentar.   |

Continuação

|                     |                    |  |  |
|---------------------|--------------------|--|--|
| <b>Norte</b>        | Amazonas           | Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto ReCa)   | Aumento da renda familiar; segurança alimentar; a diminuição dos riscos de perdas com queda de safras devido à diversificação da produção; e a proteção do meio ambiente com aumento da fertilidade do solo. |
|                     | Amazonas           | Centro Tipiti de Tecnologias Alternativas  | Práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora; ampliação da produção; comercialização coletiva; segurança alimentar, certificação orgânica; comércio justo e aumento na renda familiar.             |
|                     | Amazonas           | Núcleo de Socioeconomia, da Universidade Federal do Amazonas e a Escola Municipal Francisca Goês dos Santos  | Fortalecimento da agricultura; segurança alimentar e nutricional e da organização sociopolítica das famílias ribeirinhas.  |
|                     | Pará               | Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.   | Produção de baixo impacto ambiental nos lotes, criação de feira; geração de renda às famílias e segurança alimentar.   |
| <b>Centro-Oeste</b> | Goias              | Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac) e a Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado | Assistência técnica; autonomia; agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos); agregando valor; controle social; acesso a novos mercados, como escolas, lojas de produtos naturais e feiras.    |
|                     | Goias              | Projeto de Assentamento São Domingos e Cooperativa Mista Solidária de Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOPSAFRA)                           | Incremento da renda; hortaliças orgânicas; segurança alimentar e novos canais de comercialização.  |
|                     | Mato Grosso do Sul | Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (Coopran)  | Fortalecimento da agricultura familiar; comercialização; agroindustrialização; melhorias na qualidade de vida; geração de trabalho e renda de seus cooperados.   |
|                     | Mato Grosso        | Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP)   | Desenvolvimento de práticas agroecológicas; fortalecimento da agricultura familiar; incremento de renda, acesso ao mercado institucional e reconhecimento do trabalho das agricultoras familiares.           |

Fonte: Autora (2018).

Nota: Sistematização das experiências contidas na Revista Agriculturas de 2004 a 2016.

Sistematização das experiências contidas nos Cadernos de Agroecologia de 2011 a 2017.

São muitos relatos de promoção ao desenvolvimento rural sustentável, que sempre emergem para a produção e comercialização de base ecológica. Assim, buscando elucidar melhor a respeito do assunto proposto no presente trabalho. A partir desse momento serão levantadas discussões (pela ordem das regiões e seus respectivos estados, ver quadro 3) a respeito das experiências sintetizadas.

A partir das iniciativas de produção ecológica por parte da Família Niedzielski no Paraná e em Santa Catarina, outros agricultores engajaram-se nessa produção sustentável. Em 1996, 22 famílias fundaram a Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (Afruta). O fortalecimento da Afruta contou com o apoio da Igreja Católica; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri), a ONG sediada no município de Caçador (SC) e do intercâmbio solidário entre outras Associações e Cooperativas (NIEDZIELSKI; MARQUES; BONA, 2008).

Nessa experiência, foi possível verificar que o mercado local aderiu à ideia da produção sustentável, da segurança e soberania familiar, tornando, assim, um mercado consumidor assíduo, colaborando e muito para a continuidade da produção ecológica, além de que, com o aumento da demanda, mais famílias iniciaram a produção ecológica e se associaram a Afruta.

As articulações entre a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS) e Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) tiveram início em 2006. A proposta era desenvolver um sistema de comercialização mais abrangente, baseado nos princípios da economia solidária e agroecologia. Essa luta teve origem, devido aos percalços encontrados durante a comercialização e expansão da agroecologia. Após várias rodadas de reuniões, nasceu o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida (MAGNANTI, 2008).

Os resultados da pesquisa mostram que haviam algumas exigências para as associações ou cooperativas comercializarem nos circuitos. Em primeiro lugar, os alimentos a serem ofertados para comercialização teriam que ter sido frutos de uma produção ecológica e serem certificados pela Rede Ecovida. Além disso, a outra exigência, é que todos os produtos deveriam ser advindos da agricultura familiar. Exposto isso, nota-se a preocupação da Rede com a segurança alimentar, fortalecimento da produção e reintrodução dos agricultores em atividades econômicas.

No que concerne à construção de mercados locais, Darolt (2013, p. 139) acentua que “[...] aproximar produtores e consumidores, e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto”.

No Rio Grande do Sul, em meio ao desconhecimento e desvalorização das frutas nativas, surgiram diversos protagonistas buscando reverter esse cenário. Para ênfase de estudo, será posto em análise o Centro Ecológico (CE), que atua na construção de uma agricultura ecológica. Fornece capacitações, assessoria, cursos, oficinas e ainda realizam reuniões com as famílias de agricultores e agricultoras, que buscam através das frutas nativas, incrementar a renda, aproveitar áreas ainda não cultivadas, ou, em alguns casos, ajudam famílias no processo de transição agroecológica.

Em virtude disso, a partir do CE, a família de Nélio e Aldaci Bellé, foi uma das pioneiras no ramo de atividades produtivas com frutas nativas. Essa família está localizada na Região serrada do Rio Grande do Sul, no município de Antônio Prado. Os resultados alcançados a partir da imersão deles nas atividades foram bastante exitosos. Como destacam Köhler e Brack (2016, p. 11) que em razão das atividades de “[...] sensibilização e capacitação realizadas pelo CE, a família engajou-se na atividade de processamento da produção na forma de doces, conservas, compotas e sucos, uma iniciativa econômica que foi posteriormente

formalizada na Agroindústria Bellé”. Cabe mencionar as feiras, restaurantes, casas de sucos, sorveterias, entrepostos e mercearias que atuam como importantes instrumentos de comercialização para a continuidade desse mercado (KÖHLER; BRACK, 2016).

Outra experiência no Rio Grande do Sul mostra que a partir de um grupo de agricultores familiares e indígenas, em 2001, foi constituída a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar Ltda.). A cooperativa é fruto da mobilização dos movimentos sociais locais, que tiveram como objetivos: a) a construção de um modelo de gestão mais participativo; b) a contribuição para a organização e fortalecimento da produção agroecológica; c) possibilitar canais de comercialização para os produtos dos agricultores e indígenas. (Pandolfo, 2008). Cabe salientar que feito à análise da pesquisa do Pandolfo (2008), verificou-se que esses objetivos foram almeçados.

Agora, ao abordar sobre a Região Nordeste, será discutido um pouco sobre o cultivo e comercialização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs)<sup>6</sup>. Assis et al (2016, p. 17) frisam que o primeiro contato sobre as Pancs teve início “[...] nas feiras de algumas cidades na Bahia, onde foi possível identificar as espécies que estão bem estabelecidas, as emergentes – já encontradas com alguma frequência nesses comércios – e aquelas com circulação limitada. [...]”. A partir desse diagnóstico a Rede Panc-Bahia<sup>7</sup> junto com outros parceiros, vem conduzindo ações na promoção do resgate dessas espécies, buscando incentivar o cultivo e o consumo das Pancs (ASSIS, et al, 2016).

Diante disso, com intuito de reinserir as Pancs nas feiras, foram distribuídos kits de Pancs. A ideia foi avaliar a aceitação dos consumidores. Feito a referida avaliação, verificaram que a receptividade dos consumidores permitiu maior adesão das Pancs, de forma a permitir experiências de cultivo, possibilitando a reincorporação a cultura local, tanto no que se refere à produção, como a comercialização em feiras.

Importante salientar que, além de algumas vezes haver dificuldade na identificação botânica correta das Pancs, elas não estão uniformemente distribuídas em todas as regiões. O melão coalhada, por exemplo, foi encontrado apenas em cidades mais ao norte do estado. Outras espécies ganham maior destaque em determinados locais. É o caso da araruta (*Maranta arundinaceae* L.), que é produzida comercialmente e chegou a ser incluída na merenda escolar nos municípios do Recôncavo Baiano (ASSIS, et al, 2016, p. 18).

Constatou-se que a Rede Panc-Bahia reverteu o quadro de desinformação e desinteresse, por meio de mecanismos de divulgação no meio acadêmico e nas comunidades locais. Outro fator importante nas ações da rede foi à adesão de profissionais e estudantes do curso de Gastronomia, visto que a culinária é um elo promissor na agregação de valor a um produto alimentício.

Já no que se refere ao estado de Pernambuco, a Casa da Mulher do Nordeste (CMN) incentivou a autonomia das mulheres, despertando o desejo de administrar, de ter seu próprio dinheiro, sem que para isso fosse necessário pedir ao seu esposo. Assim, a partir do apoio da CMN, as agricultoras começaram a trabalhar na produção de hortas, criação de galinhas, beneficiamento de frutas, em alguns casos, devido ao período de seca, algumas agricultoras também foram trabalhar como domésticas. Este cenário também só foi possível através da comercialização dos produtos de base ecológica em feiras, mercados locais e institucionais, como PAA e PNAE.

---

<sup>6</sup> São espécies vegetais pouco conhecidas em alguns territórios, por exemplo, o umbu é fruto encontrado com ampla circulação no semiárido do Brasil.

<sup>7</sup> Os integrantes da rede são da Escola de Administração (na área de Economia Solidária), Instituto de Biologia (na área de Recursos Genéticos Vegetais), Escola de Nutrição (no curso de Gastronomia).

Esses instrumentos também foram de grande importância para o engajamento das agricultoras do Sertão do Pajeú em Pernambuco. Como destacam Ferreira e Siliprandi (2015, p. 59) “No caso do Sertão do Pajeú, essa transformação social vem ocorrendo pela inclusão econômica das mulheres agricultoras, gerando autonomia e maior participação em diversos espaços no âmbito público e privado”.

Outro projeto analisado foi o projeto Dom Helder Câmara desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Jalfim et al (2008) discutem que o projeto tem o objetivo de apoiar ações referentes ao desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares no semiárido nordestino. O referido projeto atualmente dispõe de uma ampla rede de parceiros de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O projeto Dom Helder Câmara conta com ações de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável em 6 estados no semiárido Nordeste, onde tem apresentado resultados exitosos desde 2002. Já são mais de 15 mil famílias beneficiadas. Cabe mencionar que o projeto já está em sua segunda fase.

A outra experiência praticada no Semiárido Pernambucano é Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (Adessu), que se destacou pela busca dos agricultores familiares agroecológicos em se apropriar das várias potencialidades agrícolas e pecuárias sustentáveis. Santos e Barreto (2005, p. 33) destacam que:

Essas experiências inovadoras de produção agroecológica vêm possibilitando às famílias agricultoras a melhoria da qualidade de vida e uma gestão mais autônoma e mais próspera de suas economias. Isso significa a reconstrução do prazer de ser gente mais alegre e satisfeita, com auto-estima elevada e plantando mais vida para um mundo melhor.

As mudanças no sistema produtivo são necessárias, pois se observa que iniciativas de base agroecológica possuem resultados promissores tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Silva e Amorim Junior (2013) abordam que o mercado institucional proporciona a estruturação para que os agricultores realizem suas atividades econômicas, como pode ser observado no caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz) em Minas Gerais, onde “[...] A economia é vista como parte das relações entre esses agentes. E é nessa perspectiva que o enfoque agroecológico vem descortinando novos caminhos para que novos mercados para a agricultura familiar sejam construídos em Espera Feliz” (SILVA; AMORIM JUNIOR, 2013, p. 17).

Visto os impasses que os agricultores da região semiárida enfrentam ainda mais no que se refere à questão sociopolítica, devido ao atual modelo de desenvolvimento que só beneficia ao agronegócio, percebe-se a necessidade de mudança. Nesse sentido, Gonçalves e Rosa (2005) destacam que a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão vem conseguindo reinserir os agricultores em atividades econômicas, por meio dos mercados locais e regionais, a cooperativa pode ser caracterizada como um projeto de convivência socioambiental e de inclusão social, uma vez que promove mudanças no âmbito social e econômico dos agricultores.

Na prática, são famílias agricultoras, comunidades tradicionais, coletivos autônomos que buscam explorar os recursos da biodiversidade de forma sustentável, por meio de sistemas de produção ecológica, garantindo a conservação ambiental, a geração de renda e a promoção de soberania alimentar (KÖHLER; BRACK, 2016, p. 7).

Em virtude das dificuldades de comercialização das feiras, O Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ/Ufla) e o Centro de Agricultura Alternativa

Vicente Nica (CAV), começam a desenvolver ações, como, pesquisar feiras, identificar problemas, soluções e alternativas, além de propor ações concertadas para seu melhoramento. A partir disso, houve melhoras significativas, por exemplo, a demanda por horticultura orgânica aumentou; a renda dos agricultores também teve uma melhora significativa; começaram a surgir programas urbanos de segurança alimentar e conservação de recursos hídricos, entre outros (RIBEIRO, et al, 2005).

Essa experiência de apoio e incentivo a feira livre, encontrada no Alto e Médio Jequitinhonha (MG), mostra como esse canal de distribuição é importante para o comércio em muitas localidades, como salienta Ribeiro et al (2005, p. 6) “[...] Os consumidores dizem que nenhum estabelecimento de verdureiro profissional, ou sacolão, substitui a feira, porque é nela que encontram os produtos que fazem parte de seus costumes alimentares”.

Diante dos relatos de insegurança alimentar e dos problemas de saúde, ocasionados pelo contato dos agricultores e agricultoras com produtos químicos, dado o aquecimento de mercado de exportação e do aceleramento das áreas de monocultivos, foi elaborado o projeto de Estruturação e Fortalecimento dos Setores Produtivos da Agricultura Familiar do Norte do Espírito Santo (Tecsocial). A execução do projeto ocorreu pelo Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Os resultados como ressalta Bosisio et al (2013, p. 1) foram bem prósperos, pois a Tecsocial incentivou e colaborou com o “[...] cultivo de alimentos nas propriedades de 66 agricultores familiares, melhorando a qualidade de sua alimentação e de suas famílias, e por consequência o aumento da diversidade e da quantidade da comercialização [...]”.

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reça) mesmo diante das limitações encontradas na Amazônia, demonstrou que o sistema produtivo baseado nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), viabilizou a diminuição dos riscos de perdas com queda de safras; a melhoria da alimentação; o aumento da renda familiar e a proteção do meio ambiente com aumento da fertilidade do solo. “A singularidade do Projeto Reça não está somente na construção de uma alternativa de produção fundada em princípios agroecológicos, mas também no seu processo de organização para o controle sobre a cadeia produtiva [...]” (PAULA; SILVA, 2004, p. 13).

Além da iniciativa do projeto Reça, o Centro Tipiti de Tecnologias Alternativas vem promovendo algumas ações estratégicas, visando desenvolver alternativas produtivas para as áreas degradadas na terra firme e na várzea. Nesse sentido, Solyno Sobrinho (2005, p. 25) diz que o Centro Tipiti vem desenvolvendo “[...] um trabalho de manejo florestal de açaiçais e outras práticas agroecológicas nas áreas de várzea do município, trabalho este que se tornou referência, repercutindo em toda região”.

O Núcleo de Socioeconomia, da Universidade Federal do Amazonas em parceria com a Escola Municipal Francisca Goés dos Santos, também vem promovendo ações dinamizadoras na Amazônia, a destacar pelo Projeto Técnicas Agroecológicas - uma iniciativa para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades ribeirinhas no Amazonas. Essa iniciativa contribuiu para “[...] o fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e, conseqüentemente, impulsionaram ações que culminaram a manutenção e conservação dos agroecossistemas amazônicos (SANTIAGO et al, 2017, p. 7)

Miranda (2011) salienta que em vista da precariedade de infraestrutura social e produtiva nas comunidades, a Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais promoveram ações buscando viabilizarem um canal de comercialização a 12 projetos de assentamentos em Marabá-PA. A partir dessa iniciativa, houve a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA, que amenizou vários problemas que os agricultores e agricultoras vinham enfrentando, no que concerne a comercialização dos seus produtos. Além disso, outra conquista importante foi o aumento da

autoestima dos trabalhadores, que agora conseguem vê os resultados concretos dos seus esforços, como a produção de baixo impacto ambiental nos lotes, o incremento na renda e a segurança alimentar.

Com o assessoramento do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac), as comunidades extrativistas do Cerrado em Goiás conseguiram se sobressair diante do cenário a qual estava exposto, onde o acesso restrito aos meios de reprodução social, como terra, água e biodiversidade; a não agregação de valor aos produtos comercializados; a dificuldade de participar dos espaços de discussão e formulação das políticas públicas dificultavam as atividades econômicas realizadas pelos extrativistas do Cerrado. Em meio a todos esses problemas, o Cedac possibilitou: a) assistência técnica; b) agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos); c) agregação de valor; d) controle social; e) inserção dos produtos em redes de comercialização (SILVA; EGITO, 2005).

Outra iniciativa no estado de Goiás foi o Projeto de Assentamento São Domingos que conta com o apoio da Cooperativa Mista Solidária de Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOPSAFRA) para a comercialização de seus produtos. Para Oliveira et al (2013) a implantação da cooperativa e do acesso a mercados institucionais viabilizou significativamente a comercialização e o incremento de renda dos assentados cooperados.

Em Mato Grosso do Sul, a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (Coopran) conseguiu assistência técnica para o preparo e conservação do solo, além de veículos para transporte da produção dos agricultores familiares do município. Essas conquistas foram resultados da parceria entre a Coopran e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, alicerçado a essa parceria, veio o fortalecimento da agricultura familiar; comercialização em novos canais; a agroindustrialização; melhorias na qualidade de vida; geração de trabalho e renda de seus cooperados (LIMA; PALERMO; ALVES, 2010).

A mobilização de um grupo de mulheres, em Mato Grosso, resultou na criação da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) em 2009. Essa iniciativa reverteu à situação econômica das mulheres, ainda possibilitou o extrativismo sustentável de frutos nativos, que logo, proporcionaram melhores condições de vida no campo (MENDES, et al, 2013).

Essas comunidades agroextrativistas têm enfrentado nas últimas décadas, uma perda crescente de espaço, sobretudo devido à ação do agronegócio exportador, que impõe uma nova lógica de ocupação do território e utilização dos recursos naturais. No entanto, além de concentrar riqueza e poder, esse modelo ocasiona a contaminação dos solos, da água e dos alimentos, inviabilizando práticas socioculturais dos que lá vivem e destituindo-os de suas identidades (SILVA; EGITO 2005, p. 14).

Paula e Silva (2004, p. 12) ainda acentuam que esse modelo de produção adotado (agronegócio), está “[...] centrado na grande empresa capitalista – vem resultando na exploração predatória da natureza, no extermínio de populações indígenas e na exclusão social do campesinato”.

Mendes et al (2013) apontam que tanto o Cerrado como a Amazônia mato-grossense vem sofrendo as consequências da expansão das monoculturas com uso intensivo de agrotóxicos, dos desmatamentos e queimadas, além da pressão dos empresários rurais sobre unidades de conservação, como terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

No que concerne os entraves no percurso, na maioria das experiências, foram relacionados à descontinuidade de políticas públicas, devido à instabilidade política. Outro fator preponderante foi quanto ao acesso a crédito (financiamento) que na maioria das vezes, estão voltados para grandes produtores (do agronegócio). Esses entraves expressam uma realidade pertinente, infelizmente, ainda encontrada no setor agropecuário no Brasil.



### 3 Considerações finais

Neste trabalho foi traçado um quadro geral a respeito do mercado de produtos orgânicos. O foco voltou-se, sobretudo em expor o processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, apresentando algumas experiências.

Assim, após as análises das experiências discutidas, verificou-se que, essas dinâmicas locais de cooperação e associativismo são primordiais na luta contra o sistema produtivo dominante no campo. Uma vez que, viabiliza a inserção dos agricultores familiares em atividades produtivas, por meio da valorização das potencialidades locais, como foi visto, o resgate do cultivo e consumo de frutas nativas e das Plantas Alimentícias Não Convencionais.

Essa inserção dos agricultores em atividades econômicas se emerge como uma estratégia importante para a geração de renda para os agricultores. Além disso, essas atividades têm como predomínio a produção de base ecológica, que não é dependente de insumos químicos, ao ponto que colabora com a conservação da biodiversidade, segurança e soberania alimentar.

No mais, verificou-se a feira dos produtos orgânicos como principal canal de distribuição de comércio justo. São nelas que os agricultores conseguem legitimar os frutos do seu trabalho no campo e agregar valor aos seus produtos.

Contudo, a partir das experiências discutidas, percebe-se que o engajamento dos agricultores ecológicos ao acessar canais de distribuição, como feiras, mercados locais e institucionais (PAA, PNAE), podem conseguir bons frutos como: a) Produção ecológica; b) reutilização de áreas produtivas paradas; c) segurança e soberania alimentar; e d) controle social. Além do mais, conseguem contemplar os requisitos necessários para o desenvolvimento sustentável no campo, constrói relações com base na reciprocidade e confiança entre produtores e consumidores, e ainda, possibilita o intercâmbio de saberes entre os agentes envolvidos.

#### Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ASSIS, J. G. A., et al. Plantas Alimentícias Não Convencionais na Bahia: uma rede em consolidação. **Revista Agriculturas**, v. 13 – nº 2, p. 16-20, jun. 2016.

BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**, 2007. Dissertação de Mestrado (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas.

BARBOSA, LCG; LAGES, A. M. G. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. **Anais do III Encontro da ANPPAS**, 2006.

BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F.. F. **Parceria entre Consumidores e Produtores na organização de feiras**. 2011.

BOSISIO, F. et al. A integração dos Programas de Aquisição de Alimentos - MDS e Mesa Brasil - SESC, como estratégia para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da comercialização dos produtos da agricultura familiar.. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez./2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14391>>. Acesso em: 07 jan. 2018.



CECHIN, A. VEIGA, J. E. O fundamento central da economia ecológica. In. MAY, P. H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHMIELEWSKA, D.- **Projeto de Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (FAO) e Acordo de Cooperação Técnica (IDEC-MDS). Colaboração de Thais Mascarenhas (Instituto Kairós) no desenvolvimento do conteúdo e Paula Pereira no desenvolvimento gráfico. 2017.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In. NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. p.139-167, 2013.

DAROLT, M. R., et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, p. 111-131, 2015.

FERREIRA, A. P. L.; SILIPRANDI, E. A importância da dimensão econômica no trabalho organizativo com mulheres rurais do Sertão do Pajeú (PE). **Revista Agriculturas**, v. 12 – n.º 4, p. 55-59 dez/2015.

GONÇALVES, B.; ROSA, H. S. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 2, p. 17-21, jun./2005.

GLIESSMAN, S. R.; e ZUGASTI, c. g. Qué es Agricultura Sostenible? Agroecologia y Agroecosistemas em uma época cambiante. In. FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA. J. R. T. (org.). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, p.15-38, 2006.

IDEC. **Mapa de Feiras aproxima consumidores e produtores orgânicos**. 2017.

JALFIM, F., *et al.* Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n. 2, p. 23-25 – jun. de 2008.

KÖHLER, M.; BRACK, P. Frutas nativas no Rio Grande do Sul: cultivando e valorizando a diversidade. **Revista Agriculturas**, v. 13 - n. 2 • p. 7-15, jun;/2016.

LIMA, J. B. M.; PALERMO, H. O.; ALVES, F. V. Organização de pequenos produtores rurais em forma de cooperativa: o caso do Município de Anastácio, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, n. 1, jun. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10319>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 5 – n.º 2, p. 22-29, jun./2008.

MENDES, M. F. et al. Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/13926>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MEIRELLES, L. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível Agriculturas. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 8 - n. 3 – set. 2011.

MIRANDA, J. R. S. Extensão rural e agroecologia: a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11454>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

NIEDZIELSKI, A.; MARQUES, A. C.; BONA, L. C. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR). **Revista Agriculturas**, v. 5 – n ° 2, p. 18-22, jun./2008.

ORMOND, J. G. P. et al. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

OLIVEIRA, J. M. et al. Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO). **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14047>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, v. 5 – n ° 2, p. 14-17, jun./2008.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Remando contra a corrente: Projeto Reça e a busca da sustentabilidade na Amazônia. **Revista Agriculturas**, v. 1 – n ° 1, p. 12-14, nov./2004.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

RIBEIRO, E. M. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas**, v. 2 – n ° 2, p. 05-09, jun./2005.

SANTOS, J. A.; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 3, p. 31-33, out./2005.

SANTIAGO, J. L. et al. Extensão rural agroecológica: uma estratégia para a multiplicação de conhecimentos agroecológicos em comunidades ribeirinhas no Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, jul. 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22359>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SCHMITT, C.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008.

SILVA, M. G.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 10, n. 2, p. 14-17, jun./2013.

SILVA, A. K.; EGITO, M. Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado: um novo protagonismo social. **Revista Agriculturas**, v. 2 – n ° 2, p. 14-16, jun./2005.

SOLYNO SOBRINHO, S. A. A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. **Revista Agriculturas**, v. 2 – n ° 3, p. 23-26, out./2005.

SOUZA FILHO, H. M. Desenvolvimento agrícola sustentável. In. BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3. Ed. – 6 reimpr. – São Paulo: Atlas, p.665-709, 2012.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In. Universidade de Passo Fundo (Ed.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo**. Porto Alegre: EST, p. 17-26, 2006.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z.; SILVA, P. A produção, a comercialização e a possível industrialização de produtos no mercado agroecológico. In. Universidade de Passo Fundo (Ed.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo**. Porto Alegre: EST, p. 44-69, 2006.